

## **Dizer, não dizer e entredizer: contributos da ciência linguística para a consecução de leituras textualmente felizes. Uma proposta de trabalho.**

FERNANDO JOSÉ FRAGA DE AZEVEDO  
(Universidade do Minho)

Atendendo ao facto de que o discurso científico - modelo de todos os discursos que aspirem a constituir-se como saberes transmissíveis às gerações vindouras - se rege por princípios como os da inteligibilidade, sistematização e predição, a língua, quando objecto de estudo por parte deste discurso, tem sido percebida - ainda que frequentemente à custa de reais esforços de "objectivação higiénica" (Olgária Matos, 1990 : 273) - como uma entidade intrinsecamente depurada de quaisquer elementos que eventualmente possam pôr em causa a sua transparência e/ou legibilidade.

Nesta óptica, a língua tem sido correntemente encarada numa vertente exclusivamente funcional ou "transportacionalista" (Sik Ng & James Bradac, 1993 : 1), processo pelo qual se assegura não só um privilégio do aspecto noemático da mensagem (isto é, predominantemente se valoriza o seu conteúdo proposicional), como também se garante a sua transparência e legibilidade. Com efeito, promovendo-se o seu valor fiduciário (cf. essa concepção da língua enquanto suporte de um processo de interacção ou troca comunicativa), há todo o interesse em tornar esse instrumento, mediador de determinados conteúdos, o mais legível ou transparente possível. Tal facto acarreta que assim concebida (o seu valor deriva primordialmente da sua utilidade em termos comunicativos), a língua deva constituir uma entidade o mais optimizada possível, isto é, uma entidade potencialmente perfeita e suficientemente transparente capaz de, pela sua dimensão analítica e combinatória, possibilitar uma compreensão que se deseja clara, eficiente e produtiva, gerando (garantindo, assegurando, promovendo...) consensos.

Ora, conceptualizando a língua numa óptica essencialmente utilitária ou "transportacionalista", esse discurso acredita na possibilidade de, parafraseando / traduzindo quaisquer enunciados ambíguos ou equívocos por enunciados completos, semelhantes e equivalentes - mas de natureza literal -, poder sistematizar, de um modo que preferen-

cialmente se deseja unívoco e definitivo, os significados da língua. Deste modo, aspirando à transparência e à univocidade, esse discurso assimila o significado a uma entidade de tipo objectivo ou conceptual, atribuindo às ciências preocupadas com a linguagem a tarefa de, descrevendo, classificando e distinguindo, conhecer e dominar os mecanismos de funcionamento desse instrumento, fixando os seus significados, os quais, revelando-se, em larga medida, proposicionalmente patentes, se afigurariam passíveis de uma completa codificação ou taxinomiação.

No fundo, o seu objectivo é o de tentar estabelecer, por processos de formalização lógica e segundo os princípios de um conhecimento positivo, uma ideografia suficientemente explícita<sup>1</sup> capaz de tornar patente *a verdade e a correcção* da linguagem, ainda que tal projecto obrigue, em nome desses princípios da inteligibilidade, da sistematização, da predição e da generalização, a colocar entre parêntesis ou a remeter para um domínio sombrio e periférico tudo aquilo que se afigura como desviante ou perturbador dessa concepção da linguagem como entidade totalmente ordenada, clara e transparente<sup>2</sup>. De facto, só quando concebida como um 'eidos', isto é, na sua pureza apolínea - enquanto entidade neutra, despolitizada, objectiva e/ou transparente - é que a linguagem, globalmente considerada como um processo de coordenação racional das intenções e sua recognição (Herman Parret, 1988 : 127), poderá, *com toda a eficácia*, transmitir a sua própria inteligibilidade, assegurando o transporte-transmissão de uma pessoa a outra dos sentimentos, pensamentos, ideias ou emoções.

Ora, se como assinalou John Searle (1987 : 48) "[o]n the speaker's side, saying something and meaning it are closely connected with intending to produce certain effects on the hearer. On the hearer's side, understanding the speaker's utterance is closely connected with recognizing his intentions.", tal não significa que o dizer seja sempre ou necessariamente explícito. De facto, há toda uma gama de outros modos de expressão - frequentemente decorrentes de amplificações e/ou de transformações daquilo que é dito - que, por razões ligadas, por exemplo, aos efeitos perlocutivos que se pretendem atingir ou às consequências sócio-jurídicas do próprio acto da enunciação, são estrategicamente mobilizados pelo falante: referimo-nos, entre outros, à ironia, ao sarcasmo, à alusão, à insinuação, enfim, a modos de entredizer ou de só implicitamente dizer, os quais, pelas suas características intrínsecas de funcionamento, com frequência, têm sido encarados pela ciência linguística como actividades "insularizadas".

No entanto, é nossa opinião que esta "insularização" a que têm sido submetidos os modos implícitos de expressão se revela eminentemente omissora da sua efectiva funcionalidade. Com efeito, sendo a vida social permanentemente dominada por conflitos - ainda que estes se não exprimam a todo o momento como recontros abertos -, que traduzem jogos de interesses antagónicos, condicionadores da sobrevivência biológica, económica e cultural dos interessados (Pierre Oléron, s/d : 20), os processos de interacção verbal usualmente definem quadros de co-acção, isto é, espaços onde, em virtude dos efeitos perlocutivos que se pretendem atingir, os interlocutores se vêem obrigados a mobilizar estrategicamente a língua. Nesta óptica, concebida como instrumento de comunicação (e, mediatamente, como instrumento de resolução de problemas<sup>3</sup>), a língua

permite múltiplas formas de dizer, cabendo a responsabilidade pela opção dessas formas ao falante em função dos objectivos perlocutivos que pretende atingir, objectivos esses sempre condicionados pelo(s) interlocutor(es) a quem se dirige e pelo contexto em que a sua acção tem lugar. De facto, acarretando a possibilidade de uma responsabilização do sujeito da enunciação - com todas as consequências sócio-jurídicas daí decorrentes - dizer explicitamente pode não constituir em todas as circunstâncias a forma mais apropriada de agir: basta pensarmos, por exemplo, no contexto de uma sociedade repressiva e controladora, através de mecanismos de coacção sócio-política, das discrepâncias individuais dos seus membros relativamente a um quadro de valores colectivos coercivamente vigente. Neste caso, o recurso ao não dizer ou ao entredizer - essa passagem deliberada à invisibilidade e à inaudibilidade - pode constituir, pela suplementarização de sentido que proporciona relativamente àquilo que é dito, um meio funcionalmente bastante mais produtivo de contribuição para a modificação do 'statu quo' existente, já que estas formas oblíquas de expressão possibilitam dizer determinado estado de coisas<sup>4</sup> e ao mesmo tempo agir como se esse estado de coisas implicitamente dito (entredito, sugerido, insinuado...) nunca tivesse sido proferido. Como realçou Catherine Kerbrat-Orecchioni (1986: 24), os acontecimentos, os factos, os estados de coisas enunciados desta forma podem sempre ser "inocentemente esquecidos" pelo falante...

Assim, reconhecer a força e a responsabilidade da linguagem enquanto entidade capaz de suscitar efeitos perlocutivos implica que se tenha em conta a situação de enunciação, o modo como ela é exercida e as acções que essa situação acarreta, sejam elas verbais ou não, já que a performatividade se concretiza não só pela presença (o dizer explícito) como também pela exclusão (o modo como algo se diz, modo esse que pode passar pela recusa de uma palavra assumidamente explícita). De facto, quer o não dito quer o entredito congregam em si, pelo seu modo de funcionamento, significações que, quando correlacionadas com as estruturas perceptivas socializadas ou com os reguladores dominantes da inteligibilidade, se podem revelar de grande pertinência na materialização de efeitos perlocutivos que uma dada enunciação pretenda atingir.

Nesta óptica, o modo como estrategicamente mobilizamos as diversas operações enunciativas - referimo-nos à(s) forma(s) que criteriosamente escolhemos para exprimir ou comunicar as nossas intenções aos outros - jamais é "asépticamente" gratuita ou neutra: a opção por dimensões opacas ou camufladas do dizer não é - ao contrário do que parecem fazer crer determinadas concepções do saber consubstanciadas no modelo epistemológico que temos vindo a analisar - inocente.

Retomando a formulação barthesiana de "discurso da ciência" - ciência é tudo aquilo que, considerando-se relevante, se expõe, se enuncia, se explica, se sistematiza, numa palavra, se ensina (Roland Barthes, 1984 : 13-20) - , a questão que agora se coloca é a de sabermos como será possível formalizar a direcção num modelo que, dando conta da fluidez e subtileza inerentes a estes modos de dizer, seja concomitantemente flexível e escolarmente praticável. Por outras palavras, como poderão estes efeitos perlocutivos, primordialmente expressos de modo não proposicional - privados, por conseguinte, das características comuns aos objectos passíveis de formalização (cf. a sua descrição, a

existência de propriedades definíveis e distinguíveis, enfim, a sua predição) -, constituir objecto de uma teoria da comunicação verbal, atendendo ao facto de que, como realça Adrian Pilkington (1994 : 202), “[t]heory-construction can only take place where discrete objects enter into causal relationships with other objects on the basis of clearly definable and distinguishable properties.”

Trata-se de uma questão cuja a resposta se afigura, sem dúvida, de difícil resposta - pelo menos, no actual quadro das investigações linguísticas - , já que se trata de conciliar princípios operativos que intrinsecamente se afiguram explicitamente não compatíveis. De facto, procurar sistematizar algo que, funcionalmente, se caracteriza precisamente por, em larga medida, se eximir ou por derrogar qualquer princípio de sistematização e de predição - sob pena de, tornando-se uma expressão meramente hipercodificada, efectivamente perder a sua funcionalidade produtiva - constitui uma tarefa árdua e complexa.

No entanto, aqui reside, a nosso ver, um dos desafios mais promissores com que se debate a ciência linguística contemporânea. De facto, ainda que proposicionalmente não totalmente explicitáveis - e esta sua não explicitação pode ser maior ou menor, condicionada, em larga medida, pela existência de pedagogias assumidas ou não do olhar ou da leitura - , estes modos são afectiva e cognitivamente apreensíveis caracterizando-se, aliás, pela possibilidade de, transformando, amplificando e/ou suplementarizando aquilo que é dito, modificarem de modo radical leituras previamente efectuadas à sua margem. Nesta óptica, pretendendo analisar a língua em situação (isto é, num contexto de uso), a linguística tem necessidade de não omitir estes modos oblíquos / elípticos de expressão, buscando uma forma que, não descurando os princípios epistemológicos por que se rege, concomitantemente os integre no seu saber.

A solução, ainda que eminentemente provisória e necessitando de correcções e de sistematizações posteriores, passa, a nosso ver, por uma recusa do paradigma tecnolinguístico e dos seus modos canónicos de ver, pensar e agir (cf. Robin Melrose, 1996), paradigma esse que, sob influência de uma concepção estritamente positivista do saber, tem dominado / condicionado a investigação acerca da linguagem. De facto, a formalização do não dito - pelo menos na forma canonicamente exigida pelos preceitos do discurso da ciência, de que falávamos anteriormente - parece constituir um verdadeiro embaraço para a teoria pragmática<sup>5</sup>.

Nesta óptica, o reconhecimento de que a funcionalidade do enunciado deriva não exclusivamente de características de ordem semântica (o seu significado proposicional), mas principalmente da sua adequação pragmática a um dado contexto ou situação - adequação essa que, se intencionalmente prevista pelo emissor (cf. a presunção ou garantia tácita de pertinência que qualquer enunciado desde logo comporta)<sup>6</sup>, só pode ser efectivada se / quando reconhecida como tal pelo interlocutor<sup>7</sup> -, permitiria resolver muitos dos problemas com que se debate a ciência linguística contemporânea quando preocupada com este tipo de questões. Com efeito, a esta luz enunciados socialmente / culturalmente transgressores - na acepção em que não conformes à “gramática” supostamente reguladora das interacções sociais (cf. o caso, por exemplo, do discurso do ódio, do obsceno, da blasfémia ou da irreverência<sup>8</sup>, ou o caso de enunciados que, colocando ostensivamente em

causa princípios básicos como a coesão, se revelam semanticamente absurdos e/ou testemunhadores-devedores do “nonsense”) poderiam, uma vez identificada a sua funcionalidade no âmbito de determinados “jogos de actuação comunicativa” (Siegfried Schmidt, 1978 : 46), tornar-se pertinentes. De facto, desde que o interlocutor seja capaz de reconhecer que, na sua forma e ordem, as proposições de um texto são susceptíveis de serem associadas aos valores ilocutórios considerados contextualmente apropriados, o enunciado será considerado como relevante ou pertinente.

Este princípio (Dan Sperber & Deirdre Wilson, 1989) revela-se, pois, de grande importância, na medida em que, como já foi referido anteriormente, agindo *na* língua e *pela* língua, as interacções pragmático-comunicativas obedecem, em larga medida, a uma metáfora económica de racionalização dos custos. Tal significa que a identificação de uma macro-estrutura definidora do sentido global de um texto exige a consideração, para além dos estados de coisas reciprocamente relevantes - em termos de conexões de ordem e/ou de causalidade -, também dos estados de coisas que se agregam por relações de compatibilidade - em função da sua relação directa à situação de comunicação e/ou à explicitação dos tópicos que nele se pretendam manifestar -, uma vez que a relevância textual radica não só em informações explícitas como também em elementos que, embora agregados ao texto, não são por ele explicitamente verbalizados.

Deste modo, seria possível à ciência linguística expandir, sempre numa relação de mútuo intercâmbio e de diálogo discursivos, as suas observações também ao âmbito da linguagem poética. Aliás, Julia Kristeva (1984: 25) é bem clara no que respeita a este aspecto: na sua opinião, seria proveitoso à ciência linguística tomar em consideração estes usos, na medida em que mobilizações da língua em reais e efectivas condições, evidenciadoras, pois, das inumeráveis constrições que sobre ela imperam. De facto, a partir do momento em que deixasse de ter como preocupação exclusiva descrever o patente, o estável ou o unitário e adquirisse a capacidade de exhibir também a mobilidade - isto é, aquilo que se não diz, mas que provavelmente se entrediz (se insinua, se sugere, se promete...) -, a ciência linguística poderia tornar-se enriquecedoramente mais completa e mais funcional, na acepção em que efectivamente consciencializadora dos modos pelos quais é possível ao indivíduo agir no mundo.

## NOTAS

A presente comunicação insere-se no âmbito de um projecto de investigação actualmente em curso no Centro de Estudos da Criança da Universidade do Minho e subordinado ao tema “Dito, não dito, entredito: a transgressão como prática eufórica. Para uma renovação das didácticas da língua e da textualidade”.

1. O que emergiria dessa ideografia seriam significados unívocos que os receptores, de facto, decodificariam, uma vez que, como sublinha Michel Meyer (1994 : 33), a formalização *revela um* significado e ajuda o receptor a descobri-lo (a não ser que o pressuponha já). Cf., a este respeito, os propósitos do formalismo linguístico: obter uma nomenclatura capaz de, sem margem para dúvidas, explicitar a estrutura da língua e os respectivos mecanismos de funcionamento.
2. De facto, a sua ânsia por uma linguagem perfeita e lógica capaz de, enquanto ideal regulador, fundamentar uma teoria do significado e uma teoria do conhecimento levam a que, convertida numa entidade total auto-centrada, a razão relegue para as margens do pensamento logocêntrico tudo o que resiste ou se oponha às suas meta-abstracções. Tal atitude tem, por conseguinte, como consequência que o estudo da língua não só não seja congruente com o seu objecto de inquirição, como também que ele não consiga dar conta do inefável, do não-dito ou dos usos que se eximam / derroguem uma função estritamente "transportacionalista".
3. A linguagem, enquanto instrumento que possibilita aos homens a interacção social - permitindo-lhes comunicar / persuadir os seus interlocutores da pertinência dos seus pensamentos e, eventualmente, obter deles uma cooperação na realização das suas diferenças e/ou desideratos - , possui uma dupla faceta, distinguível somente a partir do contexto: ela é, como realçou Michel Meyer (1994 : 47), simultaneamente problematológica e apocrítica (de *apokrisis*, que significa «resposta» em grego), condição essencial para a possibilidade de diálogo.
4. Esta afirmação de um determinado estado de coisas coincide com a concepção searliana de referência com sucesso ("successful reference"), distinta da referência totalmente consumada ("fully consummated reference"), na qual o estado de coisas é identificado de forma totalmente não ambígua. Cf. John Searle (1987: 82).
5. A este propósito, cf. Fernando Azevedo (1997: 47-50).
6. De facto, a partir do momento em que proferido intencionalmente, qualquer enunciado comporta desde logo uma presunção ou garantia tácita de pertinência, ainda que a sua avaliação, dependendo dos processos abduutivo-inferenciais a realizar pelo receptor (através dos quais interconectará a informação nova com a informação já existente), possa permanecer mais ou menos concretizável.
7. De facto, revelando-se estes efeitos, em larga medida, plurais e eminentemente indeterminados, competirá ao interlocutor tomar as decisões interpretativas necessárias à identificação do enunciado como contextualmente adequado ou relevante face à situação em causa. No entanto, estas decisões, dependentes da sua "competência enciclopédica", nunca são totalmente aleatórias, uma vez que supõem uma interacção-avaliação para a qual concorrem, com igual valor, entre outros, aspectos como aquilo que é enunciado, o modo como é enunciado, o contexto em que essa enunciação tem lugar, os interlocutores, as suas crenças, os seus universos de referência, etc. Para uma análise detalhada acerca do papel e dos valores comunicativos do silêncio no processo de interacção verbal, cf. Adam Jaworski (1993).
8. A este propósito, cf. Rita Whillock & David Slavden (1995).

## BIBLIOGRAFIA

- AZEVEDO, FERNANDO (1997) - "Entredito e não-dito: algumas considerações linguísticas e filosóficas relativas à teoria dos actos de linguagem", in *Actas do XII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística* (Braga - Guimarães, 30 de Setembro a 2 de Outubro de 1996), vol. I, Lisboa, APL, pp. 47-50.
- BARTHES, ROLAND (1984) - *Essais critiques IV: le bruissement de la langue*, Paris, Seuil.
- JAWORSKI, ADAM (1993) - *The power of silence. Social and pragmatic perspectives*, Newbury Park - London - New Delhi, Sage.
- KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine (1986) - *L'implicite*, Paris, Armand Colin.

KRISTEVA, JULIA (1984) - *Desire in language. a semiotic approach to literature and art*, Oxford, Basil Blackwell. [Edições originais: *Polylogue*, Paris, Seuil, 1977; *Semiotike: recherches pour une sémanalyse*, Paris, Seuil, 1979].

MATOS, OLGÁRIA (1990) - "Desejo de evidência, desejo de vidência: Walter Benjamin", in *O desejo*, São Paulo, Companhia das Letras / Editora Schwarcz.

MEYER, MICHEL (1994) - *Linguagem e literatura. Ensaio sobre o sentido*, Lisboa, Usus Editora. [Título original: *Langage et littérature*, Paris, PUF, 1992].

MELROSE, ROBIN (1996) - *The margins of meaning. Arguments for a postmodern approach to language and text*, Amsterdam and Atlanta, Rodopi.

NG, SIK HUNG & BRADAC, JAMES J. (1993) - *Power in language. Verbal communication and social influence*, Newbury Park - London - New Delhi, Sage.

OLÉRON, PIERRE (s/d) - *A argumentação*, Mem Martins, Europa-América.

PARRET, HERMAN (1988) - *Enunciação e pragmática*, São Paulo, Editora da Unicamp.

PILKINGTON, ADRIAN (1994) - *Poetic thoughts and poetic effects: a relevance theory account of the literary use of rhetorical tropes and schemes*. Thesis submitted in partial fulfilment of the requirement for the degree of PhD, London, University College London. [Thesis number: DX 191612 - trabalho policopiado fornecido pela entidade The British Library / British Thesis Service].

SCHMIDT, SIEGFRIED J. (1978) - *Lingüística e teoria do texto: os problemas de uma lingüística voltada para a comunicação*, São Paulo, Pioncira. [Título original: *Texttheorie. Probleme einer linguistik der sprachlichen kommunikation*, 1973].

SEARLE, JOHN (1987) - *Speech acts. An essay in the philosophy of language*, Cambridge, Cambridge University Press. [Edição original: 1969].

SPIERBER, DAN & WILSON, DEIRDRE (1989) - *La pertinence. Communication et cognition*, Paris, Les Éditions de Minuit. [Título original: *Relevance. Communication and cognition*, 1986].

WHILLOCK, RITA KIRK & SLAVDEN, DAVID (Eds.) (1995) - *Hate speech*, Thousand Oaks - London - New Delhi, Sage Publications.